

IX Encuentro Nacional y III Congreso Internacional de Historia Oral de la  
República Argentina  
*“Los usos de la Memoria y la Historia Oral”*

**Entre a ética e o direito à justiça na pesquisa relacionada à violação dos  
Direitos Civis e Humanos**

Priscila Carlos Brandão \*

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar os conflitos pelos quais atravessa um investigador que tem nos depoimentos de militares e de membros da comunidade de segurança pública, uma de suas mais importantes fontes de pesquisa. Abordo questões relacionadas ao conflito ético no qual o pesquisador é inserido, na medida em que manuseia uma série de informações relativas ao desrespeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos civis fundamentais. O que se privilegia neste tipo de pesquisa, quando o direito à verdade e à justiça, no que tange à violência impetrada pelos órgãos de segurança, ainda faz parte da agenda política do país, como uma ferida aberta da sociedade?<sup>1</sup>

Os resultados ora apresentados têm como base a análise de entrevistas coletadas no âmbito de uma pesquisa maior, que aborda o processo de

---

\* Priscila Carlos Brandão é doutora em Ciência Política e Historiadora, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em temas relacionados à inteligência clássica e criminal. Também desenvolve função de consultora junto aos governos estaduais e federal, no processo de organização dos sistemas de inteligência criminal, tendo sido responsável por conduzir os trabalhos de elaboração da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública.

<sup>1</sup> A elaboração deste texto, bem como o desenvolvimento desta pesquisa, seria impossível sem a colaboração da minha equipe de pupilos, a quem muito sou grata: Juliano Meira Furtado, Silmária Fábila Souza, Gabriel Caetano, Gabriel Casela, Nathália Ananias, Kátia Silas, Luciana Lage, Daniel Coelho e Robson Júnior. Impossível também, seria realizar o trabalho sem o apoio dos vários entrevistados, que em mim confirmam, e em meu “mentor intelectual”, Marco Cepik.

construção de um sistema de inteligência criminal no Brasil, intitulada: O processo de institucionalização do Sistema de Inteligência de Segurança Pública, na virada do segundo milênio. Tal pesquisa analisa os desafios relacionados à eficácia e a legitimidade alcançada por tal sistema, seu desenho institucional, sua estrutura jurídica e normativa, bem como o sistema de profissionalismo dos policiais e outros agentes inseridos no mesmo. Tal discussão implica tanto um recorte vertical, no qual analisamos as relações entre representantes do governo federal e outras instituições de inteligência, bem como um corte horizontal, no qual são considerados os sistemas de inteligência no âmbito dos governos locais, considerando as disputas inerentes às diferentes corporações policiais do Brasil, a exemplo das polícias estaduais civis e militares.

Introdução:

Em “Questões para a História do Presente” (1999), Agnès Chaveuveau e Philippe Tétart destacam os principais desafios enfrentados por pesquisadores que trabalham com a chamada “História do Presente”, incluídas aí, para os autores, os conceitos de história imediata e história próxima. Problemas de ordem metodológica, epistemológica e deontológica. [CHAVEAU e TÉTART, 1999:07]. Ao historicizar questões na qual encontra-se inserido, como o pesquisador intervém na produção desta história? Como os valores de ordem política, cultural etc moldam “esta história” ou interferem neste presente? Como se questiona a validade de uma história construída por uma espécie de “testemunha ocular” dessa mesma história? Nas palavras dos autores, *qual pode ser a natureza da deformação da análise e que elementos concorrem para esta deformação? Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e o contexto histórico?*

Longe de responder claramente a tais questões, acredito que, sem dúvida, um dos maiores dilemas do historiador do tempo presente, pejorativamente classificado como “analista de conjuntura” por alguns pares, é a questão da subjetividade. O trabalho majoritariamente amparado em fontes orais é polêmico e ainda hoje não é aceita da mesma forma do que “a História” produzida a partir de

documentos, como bem destaca Paul Thompson.<sup>2</sup> Contemporaneamente, vários historiadores ainda não aceitam a fonte oral como “verdadeira”, afirmando ser esta uma fonte de fácil manipulação. Creio que a subjetividade responsável por esta manipulação se encontra presente tanto nas fontes escritas do século XV, quanto nas fontes orais do início do século XXI. Estamos falando de validade interna e externa, não podemos nos iludir que os documentos não são passíveis de falsificação.

O primeiro passo para se produzir um trabalho científico em torno de temas tão recentes é, sem dúvida, assumir a existência desta subjetividade, de forma a poder contrastá-la o máximo possível, a algumas das outras possibilidades de interpretação. Mais uma vez, voltando a Thompson, “os historiadores tem que testar suas idéias como um processo lógico muito semelhante ao da prova jurídica, sempre vulnerável à prova subsequente”.<sup>3</sup>

E é por aqui que começo esta história. Nada de discursos epistemológicos sobre a natureza e a diversidade do fazer história, mas refletir sobre o sentir, ao produzir “história”. Talvez o texto “peque’ pelo excesso de subjetividade, mas que a meu ver acaba sendo minimizado pelas contradições que, neste caso, esta mesma subjetividade em si carrega.

Impossível compreender os desafios da posição na qual me encontro, sem compreender minimamente minha trajetória de leitora, militante e acadêmica. Bem, em primeiro lugar, vale ressaltar que se trata do primeiro artigo que escrevo no singular e em primeira pessoa. Estou ciente dos riscos implicados, mas tenho como certo que é importante ir “além do mesmo” de vez em quando, questionar, se expor. Ou seja, escrevo um texto assumidamente muito mais subjetivo do que o normal ou considerado aceitável para um trabalho acadêmico, mas que propõe um diálogo necessário dentro deste universo.

Sem ser piegas ou “saudosista” de um tempo em que um pequeno número de jovens, na verdade gatos pingados que ainda acreditavam em mudanças, em ideologias de esquerda etc, no fim dos anos de 1980, começo afirmando que

---

<sup>2</sup> THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

<sup>3</sup> THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

realizei, em minha adolescência, muitas leituras relacionadas a torturas, depoimentos de exilados, história do Brasil e da América Latina Contemporânea. Talvez fosse uma forma de acessar e compreender um mundo no qual minha mãe, enquanto estudante de Direito e Geociências da UFMG nos idos de 1968, esteve inserida.

Compreender um período observado sob a memória da dor e da revolta, ao mesmo tempo admiradíssimo pela “perspectiva de viabilidade”, de uma crença, de uma ilusão de que as mudanças poderiam ocorrer por meio de palavras de ordem ou até mesmo por meio do canto e encanto proporcionado por uma geração ímpar de compositores brasileiros e latino-americanos. Como se canções fossem capazes de superar a violência e a discricionariedade proporcionada pelo AI-5, apesar de todas as inteligências e desinteligências envolvidas no mundo administrativo e intelectual dos órgãos de censura e repressão vigentes no país naquele momento.<sup>4</sup>

Bem, neste sentido, este foi o grau máximo de meu envolvimento afetivo com este campo de pesquisa. Ponto! Ou seja, na verdade tratou-se de um conhecimento livresco, uma admiração por intérpretes e compositores de músicas entendidas como engajadas, uma espécie de respeito pelo “louco” do Brizola, que com seus discursos radicais no começo da década de 1980 continuava a agredir a maior parte da elite brasileira e a agradar outro sem número de pessoas cientes de parcela da realidade que o mesmo denunciava<sup>5</sup>, e por fim, uma antipatia pelos militares, até então entendidos como uma “bando” homogêneo, composto por (des) humanos anti-democráticos e autoritários, violadores dos Direitos Civis e Humanos que eu, como uma boa cristã, educada em escola de padres e dirigida

---

<sup>4</sup> Para uma discussão interessante sobre o AI-5 ver, principalmente, FICO, Carlos. “Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, nº 47, p.29-60 – 2004. E para uma leitura sobre censura, ver CARVALHO, Alessandra. - Contando a história da Ditadura Militar: Grande imprensa e a construção da memória no Brasil Democrático: Trabalho apresentado no XXIII Congresso da Lasa – Washington, 2001

<sup>5</sup> No período de 63/64, declarando-se o herdeiro político de Getúlio Vargas, o deputado Leonel Brizola era considerado um dos mais dinâmicos políticos de esquerda do país. Este dinamismo já fora evidenciado nos meados do ano de 1961, quando conseguiu, através da chamada “Campanha da Legalidade”, mobilizar a população civil, pressionando os militares a retrocederem do intuito de impedir a posse do então vice-presidente da República, João Goulart, que se encontrava fora do país no momento da renúncia do presidente Jânio Quadros. Leonel Brizola era nesta época governador do estado do Rio Grande do Sul e chegou a propor uma guerra civil, caso os militares não retrocedessem, chegando até mesmo a distribuir armas à população.

por um coronel da reserva, deveria respeitar. Paradoxal, mas coerente. Eu, apesar da antipatia em relação aos militares, comungava com os valores cristãos por eles abertamente defendidos e clandestinamente, por muitos deles, não desrespeitados. Mas eu buscava a minha coerência.

E é justamente na busca por esta coerência que atravesso percalços em meu processo de crescimento intelectual e acadêmico. Empolgada com o tipo de leitura e engajamento político, participei ativamente da campanha presidencial de 1989, pagando para fazer campanha para o Brizola, e prestei vestibular na área de humanas. Eu acreditava em perspectivas de mudanças por meio das vias institucionais, embora naquele momento não entendesse que era sobre isto que falava ou acreditava. Acabei cursando História e coincidentemente, sendo convidada por um atual colega de trabalho na UFMG, a desenvolver uma pesquisa sobre o Grupo dos Onze, convocado pelo mesmo Brizola a partir de novembro de 1963.<sup>6</sup>

Começam aí os desafios sobre a capacidade de relativização, de minimizar o impacto de minha subjetividade nas análises elaboradas, e o meu desenvolvimento teatral, quando somos obrigados a sermos sempre educados, simpáticos e quase coniventes com nossas fontes, independentemente do teor das informações que sejam passadas. Golpe Militar ou Revolução sempre dependerá, obviamente, da fonte com a qual se relaciona. E aqui também tem início o conjunto de rótulos que passo a receber por desenvolver minhas análises e pesquisas da forma que julgo coerentes com meus valores, sejam eles morais, profissionais, éticos e até mesmo religiosos.

A mais importante oportunidade que tive para divulgar os resultados da pesquisa sobre o “Grupo dos Onze” foi em 1997, durante um Congresso Nacional da ANPUH, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo

---

<sup>6</sup> Aproveitando-se dos impactos da campanha da Legalidade de 1961, Brizola, em fins de 1963 e às vésperas do golpe que instalou no Brasil uma ditadura militar, convocou simpatizantes do trabalhismo e do getulismo para juntos “defenderem o país do iminente golpe”. Para tanto, utilizou-se inicialmente da Rádio Mayrink Veiga como principal veículo de comunicação e, posteriormente teve no jornal *O Panfleto*, o instrumento oficial de divulgação do movimento.

Horizonte. No decorrer de tal congresso, duas questões foram importantes para o meu desenvolvimento acadêmico. Primeiro, levei uma série de cópias de minha proposta de pesquisa para o mestrado, aproveitando a presença de vários importantes pesquisadores sobre a história recente do país, no qual propunha trabalhar a supervalorização com que os militares percebiam tanto o Grupo dos Onze quanto de outros movimentos entendidos como de esquerda daquele período, a exemplo das Ligas Camponesas de Francisco Julião, como forma de legitimar os graus de violência e repressão empregados. Por outro lado, fiz um curso sobre a Historiografia da Esquerda no Brasil, ministrado pelo professor Marcelo Ridenti, da Universidade Estadual de Campinas.

Mas o que estes dois fatores têm de relevante para esta discussão sobre história oral e ética? Bem, o primeiro fator que descobri era que militantes de esquerda, estudantes da área de Ciências Humanas, possuem uma imensa dificuldade em relativizar as possibilidades analíticas. Pessoas vinculadas aos processos analisados, principalmente os que envolvem violência, têm sempre mais “legitimidade” para tratar do assunto, pelo menos é o que acreditam [a intelectualidade de direita também, mas isto eu apenas descobriria muito posteriormente. Extremos são sempre problemáticos].

Havia passado toda a semana em contato com os colegas do mini-curso sobre a Historiografia da Esquerda no Brasil, que compareceram em peso em minha apresentação. Face os depoimentos coletados, leituras realizadas, documentos analisados, cheguei à conclusão de que não se podia chegar a um consenso do que realmente teria sido o objetivo do deputado Leonel Brizola ao formar os grupos. Várias foram as leituras feitas sobre seu processo de formação e nenhuma delas foi descartada. Brizola foi tomado como um personagem histórico e político importante, de grande carisma e com uma grande capacidade de inserção no interior das camadas populares à época: um homem de grande retórica e proporcional ambição, que galgava planos cada vez mais altos. Tratava-se, ainda, de um nacionalista inserido na luta contra a espoliação internacional da época. Através da formação dos “Grupos dos Onze” poderia, efetivamente, lutar em “defesa da nação ameaçada”, ou talvez apenas apresentar resistência ou constituir-se em uma ameaça, um

impedimento para que o golpe não se realizasse (o que foi apresentado nas publicações da época e na ata como proposta para a formação do grupo).

Mas em realidade, cheguei à conclusão de que a convocação para o grupo teria sido uma articulação de Brizola, visando criar uma sustentação eleitoral para a eleição presidencial que ocorreria em 1965. Vale lembrar que até então, o que predominava em termos de intervenção militar no país ao longo do século XX, era a chamada intervenção cirúrgica ou a atuação do poder Moderador exercido pelos militares. A crença era a de que os militares mais uma vez interfeririam no espectro político, colocariam a casa em ordem e a devolveriam à administração civil, o que não ocorreu. Desta vez, ocorreria apenas passados longos 26 anos, considerada aí também a gestão do ex-presidente José Sarney, como uma espécie de continuidade do poder militar.<sup>7</sup>

Em suma, pelo que pude inferir, restaram as seguintes conclusões: 1º- O “Grupo” foi formado para apresentar resistência e não apresentou; 2º- O “Grupo” foi instruído para aguardar as ordens para então desencadear ações, mas estas ordens nunca chegaram, eles não agiram e não se tem notícia alguma de ações desenvolvidas por eles; 3º- O “Grupo” foi formado como sendo uma alternativa revolucionária, mas praticamente nenhum de seus militantes pegou em armas, e por fim: 4º- O “Grupo” foi formado para fortalecer o partido e dar sustentação eleitoral para o deputado Leonel Brizola, mas a licença do partido foi cassada e não houve eleição em 1965.

Pergunta-se: onde se encontra a relevância de se estudar um movimento que não aconteceu, visto que o “Grupo dos Onze” enquanto agente revolucionário simplesmente não existiu? O que ocorreu de interessante em relação ao “Grupo dos Onze” foi o fato dele ter se tornado no imaginário conservador, uma grande “ameaça” das forças esquerdistas do país, pois o meio usado para a divulgação foi o

---

<sup>7</sup> Sobre a discussão do papel moderador dos militares ver textos de Alfred Stepan e Eliézzer Rizzo de Oliveira, principalmente, e sobre o entendimento da gestão do governo Sarney como uma continuidade do poder militar ver: ANTUNES, Priscila. *Argentina, Brasil e Chile e o desafio da reconstrução das agências nacionais civis de inteligência, no contexto da democratização*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. (tese de doutorado).

rádio, ou seja, a sua formação foi convocada em todas as partes do país. A Rádio Mayrink Veiga estava associada a uma “cadeia” de rádios, que quer dizer que até os mais longínquos lugares tiveram acesso a informação de que o “Grupo” estava se formando e que eles, ouvintes, também poderiam demonstrar indignação com o processo o qual estavam atravessando e se incorporarem aos demais “Grupos”. A formação destes “Grupos” era uma coisa muito simples de ser feita, qualquer um poderia formar um “Grupo de Onze”, ainda mais de acordo com a metáfora usada pelo deputado de se formarem equipes iguais a equipes de futebol. O medo de que surgissem “Grupos” armados em todas as partes do país foi o que se constituiu na grande ameaça que ele acabou representando, a partir do momento que os militares viam o deputado Leonel Brizola como um homem belicoso e impulsivo. Acreditavam que estes “Grupos” estavam se armando, e formando um verdadeiro exército revolucionário, o que o “Grupo” não foi em momento algum.

E após apresentar minhas conclusões, entendidas como óbvias para mim, que eu, com meus 23 aninhos – idade de envolvimento e despojamento ideológico – depois de ter engolido todos os meus sapos ao conversar sobre a “Revolução” de 1964, com um militar da reserva que havia sido chefe de uma brigada em Porto Alegre naquele momento, e que declarava que Brizola precisava ser detido, fui duramente atacada pelo público da ANPUH e, pela primeira vez, de uma leva de muitas, fui rotulada de reacionária, traidora! A subjetividade político-ideológica daqueles historiadores não permitia uma interpretação que traísse a trajetória heróica de Brizola, não obstante muitos ali fossem declaradamente petistas ou pecebistas. Bem, este seria apenas um destes encontros que me inseririam em um universo acadêmico permeado, muito além do desejável, de subjetividades...

Disse anteriormente que o congresso nacional da ANPUH de 1997 teve dois impactos importantes em minha trajetória acadêmica: a primeira está relacionada à percepção, talvez evidente para muitos, há muito tempo, mas que naquele momento vi como algo assustador, o fato de pessoas que se declaram investigadoras, que se propõem ao desenvolvimento de um trabalho científico, permitirem um viés tão devastador em uma análise científica. Reafirmo que aceitar um certo grau de subjetividade no desenvolvimento de uma pesquisa é uma condição *sine qua non*



para a elaboração eficaz de uma análise, mas para tudo há limites. Não havia a inocência ou a ilusão de que agradaria a todos, mas o nível de exaltação em relação aos resultados apresentados foi tão grande, que chegou ao ponto de demandar uma interferência de alguém com autoridade reconhecida para acalmar os ânimos.

E como uma coisa leva a outra, lá fui eu da posição de “Geni” naquela apresentação, para o mestrado em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, e também desempenhar o papel de assistente de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. Explico melhor, quem fez a interferência naquele momento, pedindo para que as pessoas procurassem diminuir o impacto emocional atrelado à discussão daquele momento, foi a cientista política Maria Celina D’Araújo, quem desenvolvia uma pesquisa sobre memória dos militares relacionadas ao golpe, à repressão e à volta aos quartéis. Aqui começa uma outra história que responde, de alguma maneira, à pergunta que invariavelmente me é feita por policiais e militares, de como uma mulher nova, civil e extrovertida veio parar no sisudo mundo estratégico e operacional da atividade de informações/inteligência, e de como este universo me conduziu a uma série de crises depressivas que volta e meia ainda me levam, talvez atualmente mais do que nunca, a questionar a relação custo-benefício de desempenhar este tipo de investigação. Voltemos então à subjetividade, no sentido bem variado da palavra.

Bem, uma vez aprovada em um difícil concurso de mestrado em uma área na qual eu tinha pouquíssima familiaridade – Antropologia e Ciência Política – tive a oportunidade de trabalhar com os professores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, importantes referências no país, no que diz respeito às pesquisas sobre relações civis-militares no Brasil. No CPDOC me foi encomendada uma pesquisa sobre a extinção do SNI, pesquisa a qual restringia-se muito à área de história institucional, até o momento em que tive contato com outro cientista-político que pesquisava a área de inteligência, mas pela perspectiva da gestão pública dos serviços de inteligência em estados democráticos. Tal mergulho na ciência política começou a me aproximar de um universo imenso relacionado a conceitos, práticas e doutrinas até então, encaradas com muita repugnância. O desafio agora havia sido invertido,

eu encarar a existência de órgãos de inteligência/repressão, como instituições legítimas e necessárias para o Estado Democrático de Direito.

Bem, aqui abro novo parêntesis. Assim que terminei a pesquisa de mestrado que envolvia uma perspectiva histórica e conceitual relacionada à área de informações durante a ditadura brasileira e uma análise, agora da perspectiva da ciência política sobre as condições necessárias para o desenvolvimento de órgãos de inteligência que devem atuar de forma legítima e eficaz, antes de começar meu doutorado que estabeleceria um estudo comparado sobre a criação de sistemas de informações nas ditaduras chilena, argentina e brasileira, todas comprometidas com uma série de violações aos direitos civis e humanos, e sobre o processo de reelaboração das mesmas no contexto democrático, fui contemplada com uma bolsa da Fundação Ford para o desenvolvimento de uma outra pesquisa.

Tal pesquisa buscava identificar e fomentar lideranças jovens no desenvolvimento de pesquisa relacionadas ao processo de luta pela memória, verdade e justiça nos países latino-americanos atingidos pelas recentes ditaduras militares. Neste sentido me agreguei a uma série de pesquisadores um pouco mais velhos do que eu, cujo auge da violência em seus respectivos países havia muito mais recentemente terminado, do que no caso brasileiro. No Brasil, o auge da repressão ocorreu entre os anos de 1968 e 1973, com o fim da Guerrilha do Araguaia, ano em que eu estava nascendo. Ao contrário de todas aquelas pessoas que traziam marcas vivas, seja pela perda de pais, amigos, parentes, seja pela própria experiência vivenciada da repressão, o meu conhecimento ali era puramente livresco.

Naquele primeiro workshop, no qual ficamos reunidos, de forma isolada, por praticamente duas semanas trabalhando em tempo integral, percebi que era necessário eu me expor ou me sentir envolvida emocionalmente, em algum grau, com o tipo de trabalho ora realizado, participando daquilo que chamei, em determinado momento, de uma “catarse coletiva”. Estas longas dez páginas para explicar como a aversão pelo mundo conservador dos militares existia, que havia sido fortalecida no momento em que me inseri em um grupo de pesquisa extremamente militante no que diz respeito à área de direitos humanos -

normalmente a fala dos argentinos, chilenos, uruguaios, e dos pesquisadores que trabalhavam com a questão da violência relacionada ao Sendero Luminoso no Peru nos arrepiava - era minimamente administrado com um certo grau de objetividade, necessário para a condução da pesquisa. Mas uma vez passada por esta experiência, como continuar/sobreviver em uma área de pesquisa na qual eu teria que me envolver, se quisesse realmente me aprofundar em relação ao tema da institucionalização dos órgãos de inteligência/informações naqueles países, com os responsáveis por provocar toda aquela dor que eu havia sido, de alguma maneira, testemunha, não da violência em si, mas de sua narrativa, sua memória? Fecho parêntesis.

Várias vezes, ao longo destes anos, depois de ter que usar muito a palavra revolução para referir-me ao golpe militar de 1964, de muito discutir sobre os “subversivos”, e depois, ao começar a pesquisar sobre a área de inteligência criminal, de muito escutar pessoas, civis e militares, cidadãos “representantes” da lei ou cidadãos criminosos, desprezarem profundamente leis e pessoas tanto em termos práticos quanto teóricos, questionei-me sobre a utilidade ou necessidade deste tipo de pesquisa.

Sobre esta nova pesquisa alguns esclarecimentos devem ser colocados. Bem, diferentemente da pesquisa que envolvia o estudo dos órgãos de inteligência/informações durante as ditaduras, agora trabalho com o processo de institucionalização do sistema de inteligência de segurança pública no Brasil, conhecido na literatura específica, como inteligência criminal ou doméstica. Visa, por um lado, realizar uma análise do processo histórico de institucionalização de um “sistema” de inteligência direcionado estritamente para apoiar a área de Segurança Pública no Brasil. O surgimento do que podemos definir enquanto um sistema de inteligência de segurança pública<sup>8</sup> pode ser identificado no Brasil no final dos anos

---

<sup>8</sup> Maiores informações sobre o que são sistemas de inteligência e a composição de sistemas de inteligência estratégica no Brasil podem ser encontradas em: ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN. Uma leitura dos serviços secretos ao longo do século XX*. Rio de Janeiro Editora FGV, 2002. Uma compreensão da composição dos sistemas de inteligência ocidentais, sobretudo nos países anglo-saxões podem ser encontradas em CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e Democracia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

80, dentro da Polícia Federal, quando tem início o processo de consolidação democrática e a mesma precisa redirecionar sua ênfase doutrinária, até então vinculada à questão da Doutrina de Segurança Nacional e a perseguição política. O princípio de “oficialização” deste sistema ocorre em junho de 2000 quando, em reação ao ataque ao ônibus 174 no Rio de Janeiro, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública e estabeleceu, através do “Compromisso Número 4”, a criação do SISP [Subsistema Brasileiro de Inteligência de Segurança Pública], ocorrida em dezembro de 2000.<sup>9</sup> Mas entre a determinação oficial da construção destas estruturas, e a viabilização de um processo concreto de integração entre corporações tão distintas, existe um enorme abismo, que um olhar na documentação oficial não nos permite vislumbrar, demandando uma proximidade com seus integrantes, como forma única de acessar um pouco mais esta realidade e compreender a lógica pessoal, corporativa e organizacional que existe por trás destes grandes centros de poder, ainda longe, a sua maioria, de se tornarem eficientes órgãos de utilidade pública.

Busco identificar e analisar o processo histórico de institucionalização desse sistema, acarretando a análise de desenhos organizacionais distintos. Realizo uma identificação de órgãos vinculados à área de segurança pública existentes ou que existiram no país e que possuíam ou possuem capacidade na área de inteligência, na esfera federal [polícia, ministério público, sistema financeiro etc], e analiso a regulamentação que estabelece a criação do SISP no ano de 2000 e a estrutura organizacional proposta a partir daquele momento, bem como realizo um diagnóstico sobre a situação dos órgãos de inteligência de segurança pública existentes nos âmbitos estaduais [batalhões militares, polícias civis, defesa civil e sistema penitenciário].

O recorte temporal deste trabalho está delimitado de um lado, pelo ano de 1988. A elaboração do artigo 5º da Constituição impôs limites muito mais rigorosos para a prática corrente brasileira de violação aos Direitos Civis, sobretudo em relação à quebra do sigilo das correspondências e das comunicações -

---

<sup>9</sup> Decreto 3695 de 21 de dezembro de 2000.

extremamente utilizadas pelos órgãos de inteligência/informações durante o regime militar. Partimos do pressuposto que tal artigo obrigou os órgãos de segurança pública a aperfeiçoarem métodos e técnicas de coleta de informações e de produção do conhecimento com base em fontes ostensivas, fortalecendo a presença da chamada “Análise Criminal” no país.<sup>10</sup> Visto que as mais controversas contribuições e depoimentos vinculados à área de inteligência convergem na afirmação de que aproximadamente oitenta por cento das fontes coletadas dentro dos diferentes sistemas de inteligência são ostensivas/abertas, é justamente a Análise Criminal, dentro da esfera da inteligência de segurança pública, quem mais contribui na formulação de tendências e identificação de ameaças em matérias delituais, cooperando para a formulação de políticas em matéria de segurança pública e para o desenho e o preparo das instituições que possuem como objetivo precípua o combate ao crime.

De outro lado a pesquisa é delimitada pelo ano de 2006, quando tem fim a primeira gestão do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva no governo federal. Acreditamos que a interface com questões relacionadas à ciência política [política pública na área de segurança pública], e à História das Culturas Políticas [o estabelecimento tanto formal quanto informal desse “sistema” depende do grau de confiança e relacionamento entre os seus principais condutores, em uma área em que o peso das culturas institucionais e os interesses corporativos são muito fortes, cujas organizações competem entre si na distribuição de recursos escassos], justifica uma proposta de pesquisa histórica com um recorte extremamente contemporâneo. O ano de 2006 foi estabelecido como limite temporal em função dos significados que acarreta a presença do delegado de polícia Luiz Fernando Corrêa [2003/2006] na condução da Secretaria Nacional de Segurança Pública [SENASP/MJ]. Tal delegado foi justamente escolhido para o

---

<sup>10</sup> A Análise Criminal implica o processo de coleta e análise de informações pertinentes ao fenômeno da criminalidade, no qual grandes quantidades de dados criminais podem ser analisados para a detecção de padrões sobre crimes. As bases de dados nacionais agregadas [INFOSEG, por exemplo] e o geoprocessamento, elaborados a partir do cruzamento de informações coletadas junto aos boletins de ocorrência, constituem a matéria prima da Análise Criminal.

cargo em função de sua experiência no comando de ações de inteligência de segurança pública contra o crime organizado e o narcotráfico. Análises valorativas sobre sua atuação não fazem parte do objetivo desta pesquisa, buscaremos apenas mapear quais iniciativas foram tomadas na gestão da SENASP, então conduzida por um especialista da área de inteligência de segurança pública, para o processo de institucionalização do SISP - regulado pelo Decreto 3.695 de 21 de dezembro de 2000.

## A teoria

Claro que esta pesquisa possui um caráter multidisciplinar, evidenciando uma forte interação entre a História e a Ciência Política. Desta forma, seu quadro teórico é formado por um conjunto de premissas relacionadas à História das Instituições - particularmente sobre a especificidade dos sistemas de inteligência enquanto instituição -, e sobre a natureza, características e a relação entre inteligência de segurança pública, análise criminal e políticas públicas de segurança. Neste sentido vale especificar dois eixos importantes de discussão da pesquisa. Primeiro, embora a utilização de termos como institucional e instituições seja corrente dentro de diversos setores das Ciências Humanas, não há uma definição hegemônica sobre o que poderia definir como Instituições. Para autores como Kathleen Thelen e Sven Steimo, as instituições implicam a presença de regras formais, procedimentos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da política e da economia. Esse tipo de definição incluiria tanto regras formais como constrangimentos informais relacionados aos códigos de comportamento e convenções em geral [STEINMO e THELEN, 1992:02]. Já Douglass North propõe uma diferenciação entre constrangimentos informais e formais, defendendo a necessidade da diferenciação entre instituições e organizações. Enquanto as primeiras incluiriam qualquer forma de constrangimento que molda as interações humanas, as segundas englobam os corpos políticos (partidos políticos, o senado, uma prefeitura, um agência

regulatória), corpos econômicos (firmas, sindicatos, cooperativas), corpos sociais (igreja, clubes, associações atléticas) e corpos educacionais (escolas, universidades, centros de treinamento vocacional). [NORTH, 1990: 4-5]. O debate sobre a questão é rico e optamos, a título de simplificação, por utilizar o sentido de institucionalização definido por Samuel Huntington, como processo no qual as organizações e procedimentos adquirem estabilidade e valor [HUNTINGTON, 1975:24]. Esta definição é acompanhada de uma discussão que trata da natureza específica das instituições da área de inteligência. Em seu livro *Flawed by Design: The Evolution of the CIA, JCS and NSC*, Amy Zegart propôs uma importante reformulação do Novo Institucionalismo para explicar a especificidade das agências vinculadas à de segurança institucional [ZEGART, 1999]. De acordo com a autora, o conjunto de premissas neo-institucionalistas sobre a importância das regras do jogo, sobre racionalidade e sobre a natureza dos atores, não é igualmente aplicável entre os vários ramos da burocracia estatal e as agências de segurança institucional.

Para diferenciar estas agências dos demais órgãos do Estado, Zegart definiu quatro variáveis. A primeira, relacionada à densidade do ambiente formado pelos grupos de interesse; a segunda, à quantidade de informações disponíveis sobre o desenvolvimento das atividades destas agências; a terceira considera a autoridade dos Poderes no estabelecimento de diretrizes para a área; e a quarta, o grau de interdependência burocrática e os limites de jurisdição estabelecidos entre eles. De acordo com suas conclusões, nas áreas relacionadas à política externa, defesa e segurança pública, a política tem caráter menos distributivo, as questões principais dizem respeito a bens públicos e os grupos de interesse na sociedade são mais recentes e relativamente mais fracos do que em outras áreas. Obviamente a informação sobre a atuação das agências governamentais relacionadas à segurança institucional é muito menos disseminada, fruto do caráter secreto de parte de suas atividades e dos pesados requisitos de segurança que demanda. Além disso, é uma área em que predomina o Poder Executivo, com um envolvimento tradicionalmente mais baixo e menos ativista do Poder Legislativo. Por fim, Zegart demonstra a dificuldade de se estabelecer os

limites jurisdicionais dos temas relacionados, em função da inter-dependência existente entre estas burocracias: Forças Armadas, Chancelarias e Órgãos de inteligência e Forças de Segurança. Trata-se de organizações com um grau de interdependência ainda maior do que as burocracias voltadas para temas domésticos [educação, saúde, transportes etc]. O conjunto destes fatores desincentivariam a participação do Poder Legislativo no desenho e na supervisão das agências vinculadas à segurança institucional.

Dadas essas especificidades, Zegart propõe uma tese crucial para nosso estudo sobre os serviços de inteligência de segurança pública: por sua própria natureza, as burocracias da área de segurança institucional tendem a ser criadas por iniciativas do Poder Executivo (com um papel secundário e sempre relutante do Legislativo), e o que é mais importante, as escolhas sobre o desenho organizacional e as regras iniciais estabelecidas refletem o ordenamento institucional e as disputas entre setores da burocracia e Poder Executivo, com o legislativo exercendo um tipo de supervisão pouco sistemático e efetivo.

Esta argumentação deixa muito claro que a natureza secreta das atividades de inteligência, associada à concentração de sua responsabilidade nas mãos do Poder Executivo aumentam a probabilidade de autonomização política e má utilização das funções desempenhadas na e pela atividade de inteligência. Risco que não está descartado nem mesmo nos países poliárquicos mais institucionalizados. Considerando estas premissas, a grande questão é que, apesar desses riscos, a maioria dos países possuem capacidades de inteligência. Mas quais seriam os argumentos que justificariam estes riscos?

De acordo com Michael Herman (1996), Mark Lowenthal (2000), Marco Cepik (2001) Eduardo Estevez (2002), ou ainda Joannisval Gonçalves (2003), antes de mais nada, espera-se que a inteligência contribua para tornar o processo decisório governamental nas áreas relevantes de envolvimento (política externa, defesa nacional e segurança pública) mais racional e realista; espera-se que o processo interativo entre *policymakers* (responsáveis pelas políticas públicas, sejam eles funcionários de carreira, dirigentes nomeados ou políticos eleitos) e



oficiais de inteligência produza efeitos cumulativos de médio prazo aumentando o nível de especialização dos tomadores de decisões e de suas organizações; espera-se que a inteligência apóie diretamente o planejamento de capacidades defensivas e o desenvolvimento e/ou aquisição de sistemas de armas, de acordo com o monitoramento das sucessivas inovações e dinâmicas tecnológicas dos demais atores relevantes [CEPIK, 2003:65].

No âmbito interno, nosso principal foco de interesse, espera-se que a inteligência: 1) seja capaz de desenvolver capacidades antecipatórias e que proporcione diagnósticos e prognósticos acertados sobre a evolução de situações delitivas simples e complexas e de ameaça à ordem constitucional, a fim de que as autoridades competentes possam realizar os ajustes necessário nas estratégias de prevenção. 2) que ela produza o mapeamento da atividade de organizações criminosas, identificando suas conexões e *modus operandi*, desenvolvendo capacidade de identificar tendências e especificidades do crime organizado, auxiliando tanto no seu combate quanto prevenção. 3) e por fim, sistemas de inteligência servem para preservar o segredo sobre as necessidades informacionais, as fontes, fluxos, métodos e técnicas de inteligência diante da existência de adversários interessados em saber tais coisas. Ou seja, a inteligência é extremamente útil para a democracia, desde que atue de forma eficiente e legítima na avaliação de ameaças, hoje em dia cada vez mais diversificadas e cuja complexidade cresce em relação proporcional à quantidade de variáveis a serem consideradas.

O segundo eixo de discussão: é crucial para este tipo de pesquisa tratar da delimitação das missões e atividades próprias da área de inteligência nos governos contemporâneos, em particular da atividade de inteligência de segurança pública. Por trás desse tipo de controvérsia há uma dificuldade real para a fixação de parâmetros que nos permitam diferenciar a atividade moderna de inteligência da espionagem clássica, por um lado, e da busca genérica de informações para apoiar processos de tomada de decisão, por outro, e o que é mais difícil, de diferenciar a atividade de inteligência de segurança pública da investigação policial.

A formulação convencional de influentes autores norte-americanos [ex: Roy Godson, 1995] relaciona quatro componentes principais da atividade: coleta, análise, contra-inteligência e operações encobertas. Outros autores discordam da inclusão das operações encobertas como parte do campo de atuação dos serviços de inteligência [ex: Jennifer Sims, 1995], ou mesmo da pertinência de se considerar a contra-inteligência como parte típica das atividades de inteligência [ex: Glenn Hastedt, 1991]. O problema é agravado pela complexidade funcional das atividades de inteligência após a II Guerra Mundial, acelerada mais recentemente pela exploração do espaço, pelo uso mais intenso do espectro eletromagnético para fins militares e pelo advento da micro-informática e da *Internet*. Por outro lado, dada a confusão introduzida recentemente pela literatura sobre inteligência de negócios, é preciso firmar como premissa geral que a inteligência governamental lida com a dimensão informacional do conflito entre vontades, estando primariamente voltada para a obtenção de conhecimentos “difíceis”, sem o consentimento, o conhecimento e/ou a cooperação de um outro ator. Por isso a área de inteligência tem pesados requisitos de segredo e possui associações históricas fortes com os processos decisórios nas áreas de defesa nacional, política externa e segurança pública.

Desta forma a inteligência, seja ela clássica ou de segurança pública, é algo que não pode ser reduzido puramente à espionagem e nem ampliado a um processo de organização de informações para apoiar o processo decisório. Da mesma maneira é essencial que entendamos que a inteligência de segurança pública em específico não pode ser confundida com a investigação policial. O objetivo fim destas atividades é distinto, uma vez que a investigação tem como meta a materialização de um delito e definição de autoria, e a inteligência objetiva a produção de conhecimento e sua salvaguarda.

Por esta resumida apresentação do escopo da área de inteligência é possível presumir o grau de poder que encontram-se inseridas estas pessoas. A atividade de inteligência de segurança pública constitui-se, na virada do segundo milênio, em um importante instrumento de poder do Estado, em um cenário em que as tradicionais ferramentas de caráter policial não são capazes, por si só, de

atender às demandas sociais de combate à criminalidade. Esta premissa não significa afirmar que com a cooperação da inteligência o problema da criminalidade complexa tenha sido resolvido, assim como em outros momentos as ferramentas tradicionais de caráter policial o foram. Entretanto, as características e a abrangência dos crimes mudou. A conjuntura nacional e internacional no período abordado encontrava-se particularmente complexa e instável em termos de segurança. Com o fortalecimento do crime organizado, do narcotráfico e o desenvolvimento de grandes mercados consumidores, houve um aperfeiçoamento do *modus operandi* das organizações criminosas, que se tornaram verdadeiros conglomerados econômicos multinacionais. Essas redes, que muitas vezes atuavam/atuam em sistema de cooperação umas com as outras, aumentaram tanto o desafio, como a importância da área de inteligência, ao dificultarem o estabelecimento de prognósticos essenciais às políticas da área de segurança pública.

Ao partilharmos a idéia de que institucionalização é um processo no qual as organizações e procedimentos adquirem estabilidade e valor, queremos dizer que tanto os aspectos normativos quanto os informais devem ser observados na análise do processo de institucionalização proposto. Se fixarmos apenas em políticas declaratórias dos documentos oficiais, ignorando a institucionalização de procedimentos informais e a lógica situacional dos atores envolvidos, corremos o risco de chegar a conclusões que não guardam nenhum tipo de correlação com a realidade, assim como se analisarmos os procedimentos sem considerar os constrangimentos legais, tampouco produziremos resultados válidos.

Nesta pesquisa parto da premissa de que em grande parte da América Latina, e em particular no Cone Sul, existe uma tendência nos últimos cinco anos em discutir e institucionalizar sistemas de inteligência prioritariamente vinculados ao combate dos chamados crimes complexos. Após o processo de transição democrática na região, a maioria destes países empreendeu projetos de

reelaboração dos sistemas de inteligência/informações<sup>11</sup> [ver: ANTUNES, 2005]. As imposições do contexto democrático, associadas às recentes aprovações das leis que regulam os sistemas de inteligência na esfera federal, permitiram e impulsionaram as discussões sobre a institucionalização dos sistemas de inteligência de segurança pública no período citado. Ou seja, a regulamentação dos órgãos de inteligência dentro da esfera de Segurança Pública refletiu uma segunda etapa de discussão política, que passou a definir contornos mais claros para a área de inteligência, sobretudo no Brasil, cuja lei de criação da Agência Brasileira de Inteligência/ABIN foi extremamente vaga no sentido de estabelecer limites entre as diversas áreas de atuação dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência/SISBIN.

A Inteligência de Segurança Pública, propriamente dita, é um objeto de discussão extremamente recente nas esferas acadêmicas e políticas brasileiras e latino-americanas. Diante da ausência de grandes debates sobre sua conceitualização, procuramos definir - a partir de um conjunto de leituras distintas que envolvem questões relacionadas à inteligência estratégica e estudos criminais - um entendimento da mesma enquanto “a aplicação de uma metodologia própria da atividade de inteligência, utilizada nas investigações sobre organizações criminosas e formas delitivas, cuja complexidade, gravidade e consequências inviabilizam uma prevenção eficaz por parte apenas das investigações policiais e judiciais”. Como salienta o argentino José Manuel Ugarte, trata-se, sem dúvida, de um dos aspectos da atividade policial de maior crescimento e desenvolvimento nos últimos anos, não obstante a sociedade negue frequentemente a sua existência e importância, pela simples razão de desconhecê-la. [UGARTE, 2005]

---

<sup>11</sup> Uma tarefa básica e uma premissa para esse trabalho é reconhecer que a transição no uso do termo informações para inteligência envolve um problema na constituição da identidade dessas instituições, sobretudo no Brasil. A caracterização dos órgãos sucessores aos respectivos regimes militares como Centros, Secretarias ou Agências de “inteligência” envolve uma tentativa de acobertar e superar uma identidade “deteriorada”, precisamente, aquela que se firmou em torno da atividade de Informações nos regimes militares, equivalente a repressão, tortura e abusos de liberdades e direitos civis

## A prática.

Um dos principais desafios nos estudos acadêmicos sobre inteligência diz respeito à disponibilidade e confiabilidade dos dados sobre organização, prioridades funcionais, gastos, mecanismos de supervisão, desempenho institucional etc. As fontes normalmente mais acessíveis (jornais, memórias etc.) estão mais preocupadas em realizar denúncias ou apologias do que em explicar e descrever. As fontes oficiais sobre operações e administração de recursos normalmente são sigilosas e são protegidas através de procedimentos de segurança mais ou menos rígidos. Tendo em vista estas limitações, a metodologia de trabalho proposta inclui a análise e o manuseio de cinco tipos diferentes de fontes: entrevistas, internet, bibliografia, imprensa e legislação. Mas sem dúvida, as entrevistas são as fontes mais importantes da pesquisa, haja vista os significados que as declarações evidenciam e acarretam.

Realizo dois tipos de entrevistas nesta pesquisa, uma com acadêmicos que desenvolvem pesquisas vinculadas à área de inteligência no país, e outro com pessoas que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública brasileiro. Estas entrevistas, em princípio, seguem roteiros minimamente estruturados, os depoimentos de especialistas da área acadêmica, policial e política são de extrema importância para que eu pudesse perceber quais opiniões foram consideradas no processo de implementação deste sistema. No começo as entrevistas eram curtas e cada vez mais difíceis de serem acessadas. Mas desde 2006 venho realizando consultorias para a SENASP/MJ e para alguns governos estaduais, me aproximando muito mais destas pessoas e acessando um universo totalmente desconhecido, presumido, mas muito longe de ser alcançado a partir de pressupostos meramente teóricos. Muitas informações relacionadas aos órgãos de inteligência de Segurança Pública não estão disponíveis de forma impressa ou *on line*, haja vista a particularidade dos assuntos e das fontes a que me refero. Neste sentido, o acesso à informação está diretamente relacionado ao grau de confiança entre pesquisador e entrevistado, confiança que, dentro desta

área, envolveu um longo e difícil processo de construção. Esta pesquisa só tem sido possível em função do grau de contato pessoal do tipo de relação de confiança que foi construída, desencadeando um processo instigante, rico em informações e, ao mesmo tempo, desconcertante.

Há tempos, para dizer a verdade, desde que tomei a decisão intelectual de assumir a necessidade da existência de órgãos de inteligência enquanto legítimos e necessários para o estado democrático, passei a ser rotulada como conservadora, como havia dito. Mas por outro lado, esta perspectiva me abriu as portas para trabalhar junto a estes agentes da área de segurança pública, agravando ainda mais a minha posição junto aos antigos colegas de pesquisa relacionados à área de Direitos Humanos.

Mas é preciso muito pouca sensibilidade para perceber que os meus desafios eram gigantescos. Na condução da elaboração da Doutrina Nacional de Segurança Pública, convivi com estes agentes durante dias, em trabalhos exaustivos que duravam desde o começo da manhã, até o fim da tarde. Depois ainda saíamos para comer, distrair etc, quando escutava a conversa “distraída” sobre procedimentos, perícias criminais etc. Momento em que a forma com que realmente trabalham é claramente manifestada, tanto no que diz respeito aos procedimentos implementados, quanto aos riscos e as angústias que sofrem no exercício da função.

É extremamente interessante quando me refiro a isto. Tenho que passar horas argumentando para alunos universitários e para colegas de trabalho, que “dentro do peito de um policial e de um militar, também bate um coração”. A tendência na elaboração da análise deste tipo de profissional é ainda muito maniqueísta. São sempre vistos como violentos, corruptos e não profissionais. Não nego que a tendência ainda seja realmente esta, haja vista os casos de recrutas mortos por excesso de violência em exercícios em quartéis, o número de homicídios no país etc. Só no Rio de Janeiro, por exemplo, uma média de 6.000 homicídios por ano, sendo cerca de 40% deles com traços nítidos de execução, segundo o entrevista concedida em agosto de 2009, pelo ex-Secretário Nacional

de Segurança Pública e sociólogo criminal, Luiz Eduardo Soares. Além disto, o grande know how da área de inteligência ainda está concentrado nas mãos de militares da reserva e delegados de polícia civis adestrados em um contexto político e ideológico completamente distinto. E estes, salvo raras exceções, ainda atuam como os grandes multiplicadores da doutrina de inteligência no país, sendo idolatrados por uma nova geração de analistas.

Participar destes debates, coordenar cursos, conviver com estas pessoas tem sido uma experiência difícil, mas estimulante, instigante e surpreendente, na medida em que constatamos a complexidades dos seres humanos e capacidade que determinadas pessoas têm de manter-se fiéis a valores que lhe são caros, seja pela formação profissional, ou ética e moral mesmo. É justamente a inteiração sobre a identificação destas pessoas, e na crença de que se é possível “minar” este processo de reconstrução de um tipo de *modus operandi*, que me permite escutar frases do tipo “mas aí a gente iria matar o cara e jogar no Rio, quando descobrimos que o cara era outro agente de inteligência infiltrado”. Ou esta: você pega o bandido e sabe que se ele não voltar em 30 minutos, a velhinha seqüestrada irá morrer, você vai tratar o elemento na base do cafezinho?; Olhem esta: na primeira vez que se tortura é muito ruim, te dá enjôo, ânsia. Na segunda ainda rola um desconforto, mas na terceira, você já faz por prazer”. Escutar o tempo inteiro a subestimação de valores que são extremamente caros a uma “parcela” da sociedade civil [a sociedade brasileira ainda é, de uma forma geral, fortemente impregnada por uma cultura autoritária], em uma realidade em que tapas não são agressões físicas, apenas formas de acelerar o processo de acesso a informação.

Este tem sido meu desafio mais constante. Conviver com pessoas que sei que cometeram horrores em períodos de ditadura e, o pior, ainda o fazem neste período democrático. Creio que a recusa a dialogar com estas pessoas seja a saída mais simples, mas não creio que seja a mais digna. Ignorar, acusar e se recusar ao diálogo é uma postura tão radical e intransigente, como várias atitudes que acusamos estes agentes. Procuro me bloquear quanto a alguns aspectos e admito que fiz amigos de verdade neste ambiente, alguns deles que, com certeza,

cometeram atos de violência para mim inaceitáveis. Sofro imensamente com isto e procuro me isentar de realizar eu mesma os julgamentos e as condenações. Para isto existem instâncias específicas, dos mais variados níveis. E é por isto que, apesar de saber que através das minhas informações poderia contribuir para o acesso a justiça, no que diz respeito a elucidação de crimes pontuais, que prezo por honrar meu compromisso de sigilo com minhas fontes. Não para evitar de queimá-las e perdê-las, como pensaria um operador ou analista de inteligência, ou talvez um jornalista. Mas por acreditar que esta proximidade é capaz de produzir resultados com capacidade de atuação positiva muito mais ampla. Sei que para tudo existe limite e podem saber, muitas vezes estive entre a linha tênue que separa a crença do desânimo, mas enquanto conseguir, vou lidando com isto, não sem, de maneira alguma, sofrer com este processo, mas inteiramente consciente da ética da “minha” escolha.